

Aconteceu

Collor e FMI anunciam mais dois anos de recessão para o Brasil

Em julho passado, o presidente Fernando Collor praticamente expulsou do país o dirigente do Fundo Monetário Internacional (FMI) José Fajgenbaum que atrevera-se a sugerir algumas mudanças na condução da política econômica brasileira. Nem cinco meses depois, o que já foi quase um atentado à soberania nacional, tornou-se o remédio milagroso para todos os problemas, a ponto de levar o normalmente contido diretor-gerente do FMI Michel Camdes-

sus a afirmar que agora no Brasil "está tudo azul, azul, azul". Cegos que não enxergaram a nova cor predominante no panorama nacional são algumas dezenas de milhões de trabalhadores que, já desempregados ou recebendo baixíssimos salários, não sabem mais como viver.

O "novo" rumo da política econômica do governo, delineado numa "carta de intenções" ao FMI, entregue dia 5 de dezembro, que tanto agradou Cam-

dessus, prevê um "aperto brutal" no próximo ano (leia-se: continuação do arrocho salarial, da alta dos juros, da estagnação econômica, pagamento integral da dívida externa etc.), com o compromisso de baixar a inflação ao patamar de 20% ao ano em 1993. O chefe do FMI, Collor e o ministro da Economia Márcio Marques Moreira se dizem seguros que, depois, as coisas irão melhorar. Faltou perguntar a opinião dos cidadãos brasileiros. (CEDI, 11/12/91)

Cólera chega a Belém e deve alastrar-se pelo País



O mercado Ver-o-Peso em Belém, Pará

De Tabatinga, fronteira com a Colômbia, os bacilos da cólera desceram o Rio Amazonas e chegaram a Belém. "Agora a doença vai se propagar com maior celeridade, sobretudo no mercado Ver-o-Peso, onde milhares de pessoas fazem refeições diariamente, e onde os comerciantes lavam o peixe com água contaminada", alerta o presidente da Comissão Municipal de Prevenção da Cólera de Belém, Wellaide Cecim. Até 10 de dezembro, foram registrados nos estados amazônicos quase 700 casos, com cerca de 20 mortos. A previsão da Organização Pan-americana de Saúde é que em todo o país se possa chegar a até três milhões de casos, com milhares de vítimas. (CEDI, 11/12/91)

**Primeiro Congresso do PT
escolhe uma linha
"socialista e democrática"**

(página 3)

**Sindicalistas da CUT
participam em massa
do congresso da Contag**

(página 7)

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

056
11/12

Governo Collor desperdiça 279 mil toneladas de grãos

Do início de 1991 até outubro deste ano foram perdidas 279,9 mil toneladas de grãos, no valor de Cr\$ 20,1 bilhões, comprados pelo governo federal e colocados em armazéns privados e estaduais. A denúncia, baseada em documentos oficiais, foi feita pelo jornal *Folha de São Paulo* no último dia 6. Segundo cálculos do jornal, com os alimentos perdidos seria possível dar cinco quilos de grãos para 50 milhões de pessoas. Os produtos afetados são milho e arroz, cuja perda este ano foi de, respectivamente, 16,3 mil e 108,4 mil toneladas.

Segundo técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 60% das perdas são devido ao apodrecimento por falta de condições adequadas de armazenamento. A perda restante é fraude. O armazém vende sem permissão o produto, investe o ganho no mercado financeiro e, descoberta a falta do produto, paga tempos depois através de vias judiciais. Há no Brasil 5.737 armazéns cadastrados. Destes, só neste ano, foram descredenciados 971. Mas é comum, por pressões políticas movidas por parlamentares das regiões, armazéns serem recredenciados.

Os números indicam um clima de impunidade. Em 1990, 552 processos forma abertos, e neste ano, 614. No ano passado foram encaminhados 383 processos de cobrança e nos últimos 10 meses, 985. Os documentos do Ministério da Agricultura mostram a lentidão da recuperação do dinheiro. Em 1990 foram solucionados apenas 79 processos e, neste ano, só 28. Recuperou-se Cr\$ 639,9 milhões, quando a dívida é de Cr\$ 20 bilhões. Em 1990, 21 armazéns pagaram as dívidas com produtos e, este ano, seis. (*Folha de S.Paulo*, 6/12/91)

Andinos criam área de livre comércio

Os governos da Venezuela, Peru, Colômbia, Equador e Bolívia, países integrantes do Pacto Andino, decidiram na primeira semana de dezembro, formar uma grande área de livre comércio. Os cinco presidentes dos países andinos assinaram um pacto para eliminar, a partir de 1º de janeiro de 1992, todas as barreiras alfandegárias no comércio regional e estabelecer uma taxa única de exportação para produtos procedentes de outras nações.

"Somos agora uma única nação econômica", sintetizou o presidente equatoriano aos quase 500 jornalistas que aguardavam os resultados das negociações. Após 15 horas de debates, os cinco presidentes concordaram em estabelecer um cronograma de instituição das medidas que varia de país para país mas que tem, por meta, uma total unificação até 1996.

A união alfandegária ocorrerá com aplicação da Alíquota Externa Comum de 5%, 10%, 15% e 20%. O nível de 5% será aplicado para a importação de matérias-primas, bens de capital e outros bens sem similares na região. As taxas de 15% incidirão sobre produtos semimanufaturados enquanto a alíquota de 20% recairá sobre os bens de consumo acabados.

Outra decisão importante dos cinco presidentes foi a de acelerar acordos bilaterais com outros países ou grupo de países. "Por isso vamos começar nova fase de contatos com os países do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - além de Chile e México", afirmou o venezuelano Perez. "Nossa meta", acrescentou, "é a criação do mercado comum do hemisfério". (*O Estado de S.Paulo*, 6/12/91)

Entidades criticam proposta do governo

Trinta e uma entidades e movimentos da sociedade civil, entre eles, CUT Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, lançaram dia 9 último, manifesto contra a reforma tributária de emergência e em defesa de uma política econômica com crescimento e distribuição de renda. Os organizadores consideraram a iniciativa, o embrião de um processo de mobilização da sociedade civil para discutir saídas para a crise brasileira.

As entidades defendem quatro princípios básicos: ampliação da base de tributação; simplificação e redução do número de impostos, taxas e contribuições; transparência, seriedade e competência na arrecadação e aplicação de recursos públicos. (*Folha de S.Paulo*, 10/12/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (Interino): Sérgio Haddad ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Paulo Roberto Salles Garcia (Interino Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

Xiitas nunca mais: no seu primeiro congresso o PT escolhe o caminho das reformas democráticas

Onze anos após sua fundação, o Partido dos Trabalhadores realizou em São Bernardo do Campo (SP), no final de novembro, seu 1º Congresso Nacional, com a participação de mais de 1.200 delegados provenientes de todos os estados do país, além de cerca de 50 delegações estrangeiras. Foram quatro dias de intensa discussão "ideológica", desvinculada das brigas pela eleição aos cargos de direção que caracterizaram grande parte dos sete "encontros nacionais" que o partido organizara nos anos passados. Assim, pela primeira vez o PT refletiu mais profundamente sobre sua concepção de socialismo, estratégia, organização partidária. Os resultados da discussão congressual certamente desagradaram as tendências internas mais radicais, mas delinearão o perfil de um partido profundamente democrático e politicamente maduro, pronto e apto para chegar ao poder, capacitado para governar o país, como foi reconhecido até por um jornal conservador como *O Estado de S. Paulo*.

Com ampla maioria, o congresso afirmou claramente que a democracia é um valor universal e não um meio para a conquista do socialismo, sepultando assim de vez a vetusta e inaceitável distinção entre democracia burguesa e operária, e repudiando qualquer tipo de ditadura, inclusive a do proletariado. O partido aceitou oficialmente a economia de mercado (que porém deve estar "sob controle social") e rejeitou uma definição "ideológica" do socialismo: não existem modelos ou concepções pré-confeccionadas aceitáveis - a partir do marxismo-leninismo - mas precisa construir uma sociedade socialista no dia-a-dia, a partir de conquistas sociais e políticas, ou, em outras palavras, das reformas possíveis em relação às relações de força existentes no país.

Alianças - Para viabilizar a chegada ao poder - em mais prefeituras no próximo ano e no Planalto em 1994 - o PT reformulou também sua política de alianças, a partir das próximas eleições chegará a incluir os setores progressistas do PSDB (resistência foram feitas em relação ao PMDB, considerado um partido demasiadamente fisiológico e conservador, e ao PDT, que começou a "namorar" o governo Collor por de-



Plenária do 1º Congresso do PT realizada em São Bernardo do Campo

terminação de Brizola). Em outra decisão "histórica" foi definido que daqui por diante as mulheres terão direito a pelo menos 30% dos cargos de direção, desde o último diretório até a executiva nacional: medidas análogas foram tomadas nos anos passados por muitos partidos progressistas europeus mas nunca, até hoje, na América latina.

Em relação à organização partidária, o congresso definiu novas e mais rígidas regras de convivência interna. A partir de agora, as tendências internas estão proibidas de ter jornais, sedes, financiamentos e relações internacionais independentes das do partido, e deverão se adaptar as decisões tomadas pela maioria, parando de pregar publicamente posições diferentes. "Não queremos expulsar ninguém do PT - declarou Lula à imprensa - mas não podemos mais aceitar a contestação permanente, ou que algumas tendências usem o partido apenas para promover suas posições. O congresso definiu as regras de convivência interna e os instrumentos para que estas sejam respeitadas". Em outras palavras, ou as tendências mais radicais aceitarão os novos tempos, ou estarão automaticamente se colocando fora do partido.

A nível internacional, o PT sublinhou sua desvinculação à experiência - e por isso, ao desmoronamento - dos regimes do Leste europeu, mas admitiu não ter sido suficientemente duro nas críticas ao "socialismo real" antes da queda do muro de Berlim. O congresso de-

fendeu enfaticamente a necessidade de o partido e toda a esquerda mundial ser solidários com o povo cubano, lutando pelo fim do bloqueio dos EUA à ilha. Ao mesmo tempo, Fidel Castro e o partido comunista cubano foram convidados a promover uma indispensável abertura política. O PT reafirmou também seu compromisso em dar continuidade ao "Fórum de S. Paulo", como foram batizadas as periódicas reuniões de todos os partidos de esquerda da América Latina, iniciadas em julho de 1990. "Queremos desenvolver propostas comuns, alternativas às neo-liberais, e construir alianças internacionais em volta delas - explicou Lula - não adianta encontrar-se apenas para chorar sobre qual país está mais endividado ou mais pobre".

Ampla maioria - Quase todas essas decisões foram tomadas com cerca de 60% dos votos, ou seja, os dos delegados que se identificavam com Articulação (49,6%) e com Projeto para Brasil, o grupo de José Genofino, Plínio de Arruda Sampaio, Eduardo Jorge e outros dirigentes (12%). Em alguns casos a maioria foi reforçada pelo consenso dos delegados de outras tendências. Os marxistas "ortodoxos" (Florestan Fernandes) e a Força Socialista obtiveram juntos 14% e a Democracia Socialista 11%. Oposição dura à modernização das posições do PT veio principalmente pelos trotskistas de Convergência Socialista (7%) e de O Trabalho (3%). (CEDI, 9/12/91)

Luiz Carlos Murakami/ESP

São Paulo terá apenas 3% de mata nativa no ano 2.000

De acordo com o diagnóstico ambiental de São Paulo, intitulado *São Paulo-92: perfil ambiental e estratégias*, elaborado nos últimos seis meses por uma equipe de ambientalistas, empresários e pesquisadores, se o ritmo de desmatamento observado até agora persistir, no próximo século o estado terá apenas 3% de mata nativa. No século passado, a Mata Atlântica cobria 81,8% do estado. Hoje estima-se que essa cobertura não passe de 9%.

O documento apresenta, ainda, um quadro ambiental crítico. Um dos exemplos é o total de monóxido de carbono (CO) lançado diariamente na cidade de São Paulo. Segundo a Cetesb, na Praça do Correio e nos bairros Cerqueira César e Congonhas a concentração de CO chega a 20 partes por milhão, três vezes superior ao suportável.

Com as partículas em suspensão a situação não é diferente. A Cetesb calcula que os padrões de qualidade estipulados em 240 mili-

gramas por metro cúbico por dia, muitas vezes são superados. Não é raro a companhia registrar até 625 miligramas por metro cúbico, principalmente em dias em que as condições de dispersão de poluentes são desfavoráveis.

A produção e a destinação final do lixo é outro problema. Das 18.128 toneladas de lixo produzidas por dia pelos domicílios do estado, por exemplo, apenas 12.021 são depositados em lixões ou aterros sanitários. Essas instalações ficam, normalmente, a céu aberto.

O estado de São Paulo, que gera 40% do PIB nacional, paga um alto preço pelo fato de concentrar 50% da capacidade industrial: suas condições ambientais ainda se assemelham às da Inglaterra no século passado. Exatamente 5.822 unidades fabris entre as 60 mil indústrias no estado estão dignas de figurarem no *ranking* mundial de empresas mais poluidoras. (*Jornal da Tarde*, 27/11/91; *O Globo*, 30/11/91)

Chuva ácida cai pela segunda vez no Sul do Brasil

A região de fronteira entre Brasil e Uruguai, na divisa dos municípios de Bagé (RS) e Acegua, no Uruguai, foi alvo de uma nova chuva ácida, num total de 4,5 milímetros. A precipitação, a segunda em menos de um mês, apresentou pH 4 (índice de acidez), sendo considerada "altamente tóxica" por técnicos da Estação de Meteorologia de Melo, capital do Departamento de Cerro Largo, no Uruguai. O meteorologista Juan Carlos Corona afirmou que a chuva ácida foi causada por gases (óxido de enxofre e nitrogênio) expelidos pela chaminé da usina termoeletrônica Presidente Mé-

dici, da cidade gaúcha de Bagé.

O problema vem ocorrendo desde 1989 e atinge moradores das cidades uruguiaias de Acegua, Noblia, Rio Branco, Arvorito, Freile Morto e Melo, cerca de 78 mil pessoas, a maioria formada por agropecuaristas e comerciantes. "Em toda a região fronteiriça, do lado uruguaio, as árvores secaram e o rebanho começa a apresentar degenerações genéticas", atestou Corona. Ele explica que o fenômeno ocorre porque 90% dos ventos na área sopram de Bagé, distante a 115 quilômetros da Melo em direção a esta região. (*Jornal do Brasil*, 7/12/91).

Soberania versus Ingerência Ecológica

Na Conferência de Haia, realizada em 1989, os países industrializados tentaram lançar o princípio de direito internacional chamado de "direito de ingerência ecológica", que permitiria às nações ameaçadas do hemisfério norte a intervenção em assuntos internos dos países onde houvesse risco de catástrofe ecológica. Na época, a entrega de parte da soberania para um diretório mundial provocou fortes reações do Terceiro Mundo.

A idéia de "ingerência ecológi-

ca", contudo, não morreu ali. Os defensores da tese segundo a qual "todos os homens têm direito a um ambiente limpo e protegido", acreditam que, se já existe a ingerência nos países em guerra ou revolução para proteger os direitos humanos, por que não admitir que os defensores do planeta possam entrar em ação em qualquer país ou região onde os sistemas ecológicos corram perigo de desequilíbrio? Para eles, a "urgência ecológica justificaria a ingerência".

Buraco na camada de ozônio faz suas primeiras vítimas

Crianças com graves queimaduras de sol e ovelhas que aparecem cegas no frio sul do Chile são sinais de que o buraco do ozônio na Antártida já está afetando áreas habitadas do planeta, dizem especialistas chilenos.

Criadores de gado perto da cidade de Punta Arenas, a cidade mais ao sul do Chile, informaram muitos casos de ovelhas que perdem temporariamente a visão. Cientistas chilenos acreditam que os animais sofrem de catarata causada por exposição aos raios ultravioletas do sol que passam pelo buraco do ozônio que aparece na primavera antártica. Normalmente o ozônio filtraria a radiação ultravioleta.

Os cientistas dizem que os professores da região têm relatado casos, entre seus alunos, de alergias de pele e queimaduras de sol até agora pouco usuais.

O buraco do ozônio - o desgaste da camada do gás - atribuído às emissões de CFC, aparece na Antártida entre setembro e novembro. Além da cegueira das ovelhas e queimaduras em crianças, os cientistas notaram uma queda no crescimento das algas dos mares da região. Como as algas fazem parte da cadeia alimentar marinha, a produção chilena de pescado pode ser afetada.

Um recente estudo patrocinado pela ONU forneceu, ainda, as primeiras evidências de redução da camada de ozônio sobre porções do hemisfério norte, incluindo os Estados Unidos, no período do verão. (*Jornal da Tarde*, 5/12/91; *Gazeta Mercantil*, 22/11/91)

Os juristas distinguem, porém, ingerência preventiva e curativa. Mas, em qualquer destes casos, admitem que será necessário criar um órgão supranacional, com direito de desrespeitar a soberania dos Estados. Os juristas italianos defendem os tribunais como a corte internacional de justiça ecológica. Os franceses preferem a nomeação de uma agência internacional do meio ambiente, que poderia ter seu próprio exército de "boinas verdes". (*Jornal do Brasil*, 9/12/91)

Rio-92

Encontro Internacional de ONGs

Representantes de 800 organizações não-governamentais (ONGs) estarão reunidos em Paris, França, de 17 a 22 de dezembro, para a preparação da plataforma das ONGs para a Rio-92. Denominada *Ralzes do Futuro* a reunião discutirá diversas convenções como a do clima, biodiversidade, florestas, além da Carta da Terra e do programa de ação da comunidade internacional para preservar o meio ambiente no próximo século.

O processo de decisão da plataforma *Ralzes do Futuro* vai começar com a troca de experiências. Depois os participantes pretendem criar redes de solidariedade entre as ONGs, para que a estratégia conjunta, elaborada durante a reunião de Paris, possa ter o maior impacto possível na Rio-92. Está previsto, também, a adoção de um programa específico das ONGs, o *YaWananchi* que é um plano de ação popular da so-

cidade civil, independente dos projetos do setor público.

As ONGs do Sul enviarão 600 representantes e as do Norte, 200 delegados. Cabe, porém, a estas últimas, a tarefa de provar que existe solidariedade entre as nações ricas e pobres, sobretudo se a conferência atingir outro objetivo perseguido, o do questionamento da credibilidade e do discurso das sociedades industrializadas nesta área.

O Centro de Contatos do Meio Ambiente Internacional (Clei), sediado em Nairóbi, no Quênia, foi o responsável pelos critérios de seleção das ONGs presentes em Paris durante a reunião *Ralzes do Futuro*, levando em conta a população de cada país, o número de ONGs existentes, o nível de atividade, a distribuição geográfica e o equilíbrio entre homens e mulheres em cada uma delas. (*Jornal do Brasil*, 9/12/91)

Taxações sobre atividades nocivas ao meio ambiente

Consagrado há anos em vários países europeus, o princípio poluidor-pagador, que determina pesadas taxações sobre atividades nocivas ao meio ambiente, deverá estar em breve vigorando no Rio de Janeiro. Está sendo apresentado na Assembléia Legislativa o projeto de lei que cria a *Taxa de Controle da poluição hídrica e atmosférica (TCPHA)*, de autoria da Comissão de Defesa do Meio Ambiente. A nova legislação tem como instrumento básico as *unidades de poluição (UP)*, que associam um valor monetário a cada dano ambiental.

O mecanismo não significa o direito de pagar para poluir. Os poluidores que escaparem das multas, não escaparão da taxa. Toda a receita será destinada à Feema, o que significa transferir para o poluidor o ônus financeiro

do controle ambiental.

Tudo indica que o Rio passará a respirar melhor. Para se ter uma idéia do peso da taxa, cada tonelada de óxido de enxofre lançado por ano na atmosfera custará 15 UP ao poluidor, cada UP equivale a 1,5 Uferj (Unidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, equivalente em dezembro a Cr\$ 20.709,00). A Reduc (Refinaria Duque de Caxias) emite sozinha cerca de 30 mil toneladas anuais de dióxido de enxofre (SO₂). Fazendo as contas, a Reduc teria que pagar até Cr\$ 13,5 bilhões por ano, só pelo SO₂.

O princípio poluidor-pagador incide apenas sobre fontes fixas, basicamente indústrias, que terão que reavaliar a viabilidade econômica da poluição que causam. (Guilherme Fiúza/*Jornal do Brasil*, 9/12/91)

Fórum Global

Sétimo encontro de ONGs

O 7º Encontro Nacional do Fórum de Ongs Brasileiras para a Rio-92 ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de dezembro no Recife, com a presença de 70 entidades afiliadas. A maior parte do Encontro foi dedicada ao aprimoramento da versão inicial do relatório nacional da sociedade civil sobre meio ambiente e desenvolvimento (ainda sem título definitivo). Essa versão será levada à Conferência de Paris (ver matéria nesta página). Em fevereiro, o Fórum organizará um seminário para elaborar a versão definitiva.

Foi decidido que o 8º Encontro Nacional ocorrerá em Belo Horizonte nos dias 10, 11 e 12 de abril de 1992. (CEDI, 11/12/91)

Os eventos previstos

O conjunto dos eventos promovidos pela sociedade civil internacional proporcionará espaço para todos. Ativistas ucranianos, por exemplo, virão ao Rio para detalhar os danos provocados pelo acidente de Tchernobyl; 1.500 índios ligados ao Comitê Indígena Internacional promoverão debates e exposições; ONGs como o Greenpeace e o WWF pretendem reunir três mil pessoas no Hotel Glória para elaborar uma lista de propostas de proteção ambiental e desenvolvimento para apresentação aos países participantes da Rio-92.

No Aterro do Flamengo, uma "Árvore da Vida" representará os anseios da comunidade internacional: com cerca de dez metros de altura terá milhares de "folhas", cada uma delas contendo uma mensagem de entidades civis.

Um dos eventos programados, o Encontro Parlamentar da Cúpula da Terra, reunirá na Assembléia Legislativa, entre os dias 5 e 7 de junho, 750 formadores de opinião. O encontro deverá terminar com o lançamento da Cruz Verde Internacional, uma organização que ficará encarregada de atuar em casos de acidentes ecológicos. A etapa seguinte será trabalhar para que os governos reconheçam oficialmente a criação da entidade. (*O Globo*, 30/11/91)

Reforma Agrária

Denúncias de corrupção atingem Incra

Uma comissão de inquérito criada recentemente pelo ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, investiga mais uma denúncia de corrupção dentro do governo. Desta vez o alvo é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), acusado de cobrar comissões para pagar o resgate de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Os TDAs são usados no pagamento de desapropriações de terras para fins de reforma agrária.

A acusação de cobrança de comissões - em valores que oscilam entre 15 e 40% do valor dos TDAs em função da posse ou não, por parte de credor, de uma sentença judicial determinando o pagamento - foi trazida à público pelo advogado Gildo Ferraz, representante de vários fazendeiros goianos.

Apesar da determinação do ministro Antonio Cabrera em apurar

os fatos, a denúncia de corrupção no Incra, envolvendo o resgate de TDAs, chega em má hora e pode prejudicar os esforços do governo no sentido de afirmar sua firme determinação de conduzir um processo de distribuição de terras. Como noticiamos neste boletim (ACONTECEU nº. 579), o governo elegeu os TDAs como um dos principais meios de aquisição de terras para reforma agrária. Também estava nos planos do governo o estabelecimento de medidas que valorizassem os TDAs no mercado (a desvalorização hoje varia entre 30 e 90%) e recuperassem a sua credibilidade, existindo hoje 9 milhões destes títulos vencidos há 3 anos e ainda não pagos pelo governo. Ou seja, a devassa no Incra cria novos empecilhos ao encaminhamento da reforma agrária anunciada pelo governo, cuja (auto)imagem sai chamuscada. (CEDI, 5/12/91; O Globo, 3 e 4/12/91)

■ Sindicalista do RJ ameaçado de morte

Um dos líderes do movimento dos posseiros do município de Cabo Frio (RJ), o sindicalista Francisco (Chico) Lan, 21 anos, está com a vida ameaçada e pediu proteção às autoridades competentes do estado. O seu pai, Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, foi assassinado há três anos. No dia 15 de novembro, três pistoleiros que

estavam num Opala bege dispararam contra uma Kombi branca que circulava pela zona rural da cidade. A mira dos homens era supostamente Chico Lan. Ele costumava apanhar a Kombi para ir ao sindicato, mas naquele dia resolveu ir a pé. Na véspera, o sindicalista recebeu um recado de que alguém o mataria pelo preço de duas vacas. (Isto é Senhor, 4/12/91)

■ CPI da Violência

Em Brasília, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a violência no campo chegou à conclusão de que a falta de sintonia entre os órgãos federais tem agravado os conflitos de terra. Em seu relatório final, a CPI vai sugerir a criação de um comitê encarregado de conciliar os interesses dos vários órgãos federais, para resolver parte dos conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros. (Jornal do Brasil, 4/12/91)

Nobel da Paz é solidário contra violência

De 2 a 6 de dezembro, o argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, esteve no Brasil participando de atos públicos contra a violência e a impunidade nas mortes em conflitos pela posse da terra no Brasil.

Após uma visita de dois dias às áreas de conflitos de terra no sul do Pará, Esquivel disse que vai entregar ao governo brasileiro documento relacionando todas as denúncias de violência contra os direitos humanos no país. Informou que poderá encaminhar todas as informações coletadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao encerrar o 8º Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, realizado na Procuradoria Geral da República, Perez Esquivel destacou a impunidade e o descaso com que são tratadas as violações dos direitos humanos no Brasil.

Esquivel, 60 anos, presidente da Liga Internacional de Direito dos Povos e do Comitê Honorário do Serviço de Paz e Justiça, lembrou que as organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm poder de recorrer, através da ONU ou da OEA, à Corte Interamericana para julgar os países onde a violência não é combatida. O prêmio Nobel disse, entretanto, que prefere esperar que se esgotem todas as instâncias judiciais dentro do país para levar o assunto para a esfera internacional. (Jornal do Brasil, 3 e 7/12/91).

Brasiguaios: a posse da terra novamente em jogo

Nos anos 70, muitos foram os agricultores que deixaram suas terras e regiões de origem, e mudaram-se para o Paraguai. Isto ocorreu devido à pressão da modernização agrícola (em especial na região Sul), que inviabilizava o acesso a novas terras e, portanto, ameaçava a reprodução das famílias que constituíam-se com o casamento das novas gerações. Foram atraídos pelos preços baixos e pela fertilidade das terras. Estes brasileiros ficaram conhecidos por *brasiguaios*.

Ao que tudo indica, o Paraguai vive agora processo semelhante ao ocorrido no Brasil: a exclusão progressiva de agricultores da possibilidade de acesso à terra devido à

concentração da mesma nas mãos de grupos voltados para uma agricultura empresarial. Tal como aqui, formou-se lá um contingente de sem-terras (*campesinos*) e, paradoxalmente, são as terras dos *brasiguaios* (ex-sem-terras) que hoje são alvo de ocupação.

Argumentando que a colonização nos anos 70 foi feita irregularmente, e apelando para o sentimento nacionalista de seus compatriotas, os *campesinos* ocuparam oito propriedades de *brasiguaios*. Apesar destes últimos terem recorrido à Justiça, a situação permanece inalterada e o plantio da safra de verão está ameaçado. (CEDI, 5/12/91; Jornal do Brasil, 1/12/91)

5º Congresso da Contag



Realizou-se em Brasília, entre 26 e 30 de novembro, o 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Estiveram presentes cerca de dois mil delegados, representantes dos diferentes estados do país.

Nos dois primeiros dias, os delegados trabalharam divididos em seis comissões para discutir um documento preparado pela Contag, que por sua vez era fruto da consolidação de discussões realizadas por congressos estaduais, convocados pelas federações de trabalhadores rurais. As comissões foram as seguintes: 1. Sindicalismo e organização sindical; 2. Participação política nas questões nacionais; 3. Luta pela reforma agrária; 4. Luta dos pequenos produtores rurais; 5.

Luta dos assalariados rurais; 6. Saúde e previdência social. Após as discussões em grupo, os resultados foram levados à plenária para debate e votação.

Realizou-se também um ato público na Esplanada dos Ministérios, quando os trabalhadores fizeram o abraço simbólico dos Ministérios da Agricultura e Reforma Agrária e da Previdência Social, e através de uma comissão, apresentaram as reivindicações dos trabalhadores do campo.

Fatos novos - No conjunto, o Congresso trouxe vários fatos novos que certamente terão peso na definição das práticas do sindicalismo rural daqui para frente. O primeiro foi a presença significativa do sindicalismo ligado à CUT, que representava entre 30 e 40% dos delegados presentes. Tanto nas comissões quanto nas plenárias, seu peso se fez sentir em termos de propostas aprovadas. Entre elas a rejeição, mais uma vez, do sindicato como instrumento da previdência social; o reconhecimento dos movimentos, e explicitamente do Movimento dos Sem Terra, como atores das lutas sociais e com os quais é necessário o sindicalismo trabalhar articuladamente; e o reconhecimento da CUT como parceira em diversas ações. O Congresso aprovou ainda um indicativo de filiação da Contag à CUT.

Quanto às eleições, chegou-se a uma chapa única, através de uma composição entre a direção da Contag e a CUT. Esta obteve dois cargos da direção executiva da entidade

(Secretaria Geral e Secretaria de Política Salarial). Decidiu-se ainda que um cargo de direção (Primeira Secretaria) seria ocupado por uma mulher. No processo de decisão sobre a escolha do nome, realizado exclusivamente pelas delegadas presentes, a CUT saiu vencedora, totalizando, pois, três cargos na direção da entidade. (Leonilde Medeiros/CEDI, 9/12/91)

Direção eleita no 5º Congresso

- presidente: Francisco Urbano Araújo Filho
- vice-presidente: Aloísio Carneiro
- 2º vice-presidente: José Francisco da Silva
- secretário geral: Juarez Lopes Pereira
- 1ª secretária: Tereza dos Santos da Silva
- tesoureiro geral: Hilário Gotsellig
- 1º tesoureiro: José Fialho
- secretário de Política Agrícola: Itálico Cielo
- secretário de Política Salarial: José Raimundo de Andrade (Dé)
- secretário de Política Agrária: Francisco Sales de Oliveira

Polícia Militar reprime reassentados

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco denuncia atos de violência praticados pelas polícias militares dos estados da Bahia e Pernambuco contra os trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica e dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Glória (BA) e Petrolândia (PE).

No município de Glória, em 10 de novembro último, 30 policiais militares do Batalhão de Choque, fortemente armados, invadiram as casas dos reassentados nas agrovilas do Projeto Jusante. Sem mostrarem ordem judicial, usando como pretexto a apreensão de armas, fizeram ameaças aos reassentados que participaram da ocupação da barra-

gem em julho deste ano e prenderam o diretor do STR local, Luis Carlos de Farias.

Em Petrolândia, dois advogados da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), acompanhados por dez policiais militares, abordaram o diretor do STR, Vicente da Costa Coelho, comentando sua participação nos movimentos dos atingidos desde 1986 e prendendo-o ilegalmente.

Os trabalhadores repudiam estas atitudes e afirmam que continuarão pressionando para que a Chesf cumpra o acordo, firmado em dezembro de 1986, de implantar sistema de irrigação na região. (CEDI, 22/11/91)

□ **Romaria** - A 15ª Romaria da Terra, no Rio Grande do Sul, coordenada pela Diocese de Bagé e a CPT do Regional Sul III, acontecerá no dia 3 de março de 1992, na terça-feira de Carnaval. O local escolhido para o evento é a Paróquia de Hulha Negra, da Diocese de Bagé, na fronteira com o Uruguai.

A Romaria, cujo tema é "Terra cultivada, caminho para a vida" celebra a luta pela terra (Reforma Agrária) e o apoio aos 20 assentamentos que se formaram nestes últimos três anos (desde 1989) e que totalizam 684 famílias. A 15ª Romaria da Terra celebra também o 5º Centenário da América Latina e o início da Campanha da Fraternidade/92. (CEDI, 9/12/91)

Collor encontra-se com lideranças evangélicas

"Debater a situação do País". Este foi o objetivo do Encontro Nacional de Políticos e Lideranças Evangélicas (Brasília, novembro/1991), organizado pela Associação Evangélica Brasileira (AEB), que reuniu 120 parlamentares e empresários evangélicos.

O café da manhã de encerramento do evento teve a presença do presidente Fernando Collor de Mello. Ele presenciou um rápido culto com pregações e leituras bíblicas sobre a superação da crise econômica e moral enfrentada pelos povos antigos. O presidente da AEB, Caio Fábio de Araújo Filho disse que "a confiança da população nos governantes indicados pelo Senhor foi suficiente para remover montanhas".

O deputado estadual Nicodemus Falcão, presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, disse que "Deus escolheu Collor para co-

mandar o País" e pediu bênçãos para o presidente. Já o deputado federal Salatiel Carvalho (PTR/PE) anunciou que 30 milhões de evangélicos estão orando pelo presidente e explicou que o encontro foi uma confraternização, sem a intenção de dar apoio ao governo. (*O Dia/RJ; O Globo; Folha de S. Paulo, 23/11/91*)

■ Faltou tanta coisa...

Dois deputados e um ministro religioso. Em comum, o serem evangélicos. Isso não diz muito. Eles, porém, lançam mão desse adjetivo comum para se apossarem de uma representação que não lhes cabe e falarem em nome dos evangélicos brasileiros (30 milhões?). É muita pretensão.

Orar pelos governantes é prática comum aos cristãos, mas afirmar que Deus escolheu o presidente (os presidentes) arranha o exa-

gero, é presunção, ou, o que é pior, cheira a "puxa-saquismo". Deus se o mesmo com o presidente anterior e desaguou num fisiologismo de baixo nível. Agora, nesta "confraternização" faltou coragem, essa sim, evangélica, para um recado duro e profético ao presidente. Faltou um apelo veemente em favor dos aposentados espoliados. Faltou uma palavra corajosa em favor dos que sofrem o maior achatamento salarial de toda a história. Faltou uma denúncia evangélica do desemprego, da infância abandonada, da impunidade dos marajás, da corrupção dos poderes públicos, da falta de terra para aqueles que trabalham nela, do assalto aos salários para engordar banqueiros internacionais. Faltou um mínimo de dignidade evangélica por parte de uns que têm o desplante de falar pelos evangélicos. Faltou Evangelho. (*Carlos Cunha/CEDI, 9/12/91*)

Clai declara repúdio ao bloqueio contra Cuba

O Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), organismo que agrupa cerca de 140 igrejas e instituições da América Latina, na reunião de sua Junta Diretiva e Secretariado (Guatemala, 5 a 11 de novembro), divulgou a seguinte declaração:

Tendo em vista que:

● os EUA têm, por décadas, mantido um estreito bloqueio econômico sobre Cuba, que repercutiu no desenvolvimento econômico e social deste país;

● nós repudiamos o uso do poder econômico para exercer coação com fins políticos;

● como cristãos nós favorecemos a solução pacífica e negociada de qualquer divergência entre governos e países e sentimos responsabilidade diante daqueles a quem o Senhor Jesus Cristo chamou de nossos "irmãos mais pequenos";

● as igrejas cubanas vêm exigindo há anos o fim do bloqueio, por considerá-lo, em princípio, desumano e alheio às

normas do respeito interno e social de convivência pacífica entre os governos;

Decidimos:

● expressar nossa condenação do bloqueio de Cuba por considerá-lo lesivo a toda vida do povo cubano;

● dirigirmo-nos às igrejas dos EUA instando-as a que exijam de seu governo o cessar do bloqueio à Cuba, para que o povo cubano, sem pretensões externas de qualquer espécie, possa entregar-se à solução de seus próprios problemas internos, os quais não desconhecemos;

● dirigimo-nos ao secretário geral das Nações Unidas e ao secretário geral da Organização dos Estados Americanos comunicando-lhes nossa decisão.

Ao assim nos pronunciarmos oramos também ao Senhor da História para que guie os governos dos EUA e de Cuba de modo a que possam resolver suas divergências através do diálogo pacífico e respeitoso.

Classe média só confia na família e na Igreja

A classe média brasileira não confia em mais nada, a não ser na própria família, constatou a pesquisa realizada pela empresa de publicidade Standard, Ogilvy & Mather. Só a família (86%) e a Igreja (48%) ganharam, no último ano, algum acréscimo de confiabilidade dos brasileiros.

A Igreja, embora mantendo uma confiabilidade menor que 50%, teve um crescimento de 3%, um empurrão talvez provocado pela visita do papa ao País - ou porque talvez nada mais reste para a classe média senão crer em Deus. (*Jornal do Brasil, 30/11/91*)

Bispo Macedo vira banqueiro

O bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, adquiriu o controle acionário de uma instituição financeira de pequeno porte com o objetivo de administrar a imensa massa de recursos doados pelos fiéis diariamente nos seus 1.000 templos, espalhados no Brasil. Um dos principais executivos do banco será Claudio Maluf. (*Jornal do Brasil, 5/12/91*)

No Rio, protesto no Dia de Ação de Graças

Mais de três mil pessoas, na maioria crianças da Baixada Fluminense (RJ), realizaram uma passeata comovente no Dia de Ação de Graças: *A Vida pede passagem*. Organizada por várias entidades ligadas à causa das crianças de rua e apoiada pela Igreja Católica, a manifestação foi um grito pela vida e um protesto contra o assassinato de crianças.

A Arquidiocese de São Paulo foi representada pelo padre Júlio Lancelote. "É lamentável que manifestações como essa estejam proibidas em São Paulo pelos 11 juízes da Infância e do Adolescente. A situação de lá é semelhante à do Rio

com a participação da Polícia Militar", disse o padre Júlio. Ele comparou a decisão dos juízes a "um AI-5 da criança".

De acordo com levantamentos de entidades civis e religiosas nos últimos três anos quase 5 mil crianças foram assassinadas em todo o Brasil e, apenas em 1991, 350 no Grande Rio.

Um dos momentos mais emocionantes da passeata foi quando todos se ajoelharam e os adultos estenderam as mãos sobre as cabeças das crianças para abençoá-las. Muitas pessoas que apenas passavam pelo local participaram desse ato. (*Jornal do Brasil*, 29/11/91)

Vaticano realiza o primeiro sínodo sobre o Leste europeu

O primeiro sínodo realizado pelo Vaticano sobre o Leste europeu foi aberto no dia 21 de novembro pelo papa João Paulo II.

Diante dos 137 bispos com direito a voto na assembleia, o papa explicou a convocação do sínodo como uma resposta da Igreja à queda dos regimes comunistas no Leste europeu.

"Lemos os eventos dos últimos anos como sinais dos tempos, mediante os quais o Espírito Santo nos fala e nos convoca a essa iniciativa pastoral", disse o papa na basílica de São Pedro.

Os bispos (70 da Europa ocidental, 50 do Leste e 17 de outros continentes) se mantêm em assembleia até 14 de dezembro, quando deve ser aprovada a declaração final do sínodo. O texto deve sugerir

novas formas de atuação ("evangelização", como prefere o Vaticano) da Igreja nos países da ex-cortina de ferro.

"Esperamos que o sínodo possa captar todas as exigências a fim de dar uma resposta capaz de mobilizar os ânimos para uma nova evangelização da Europa neste momento histórico e decisivo", afirmou João Paulo II, o primeiro papa polonês da história da Igreja.

O papa pediu, por fim, "compreensão e caridade fraternal" aos chamados "delegados-irmãos". É uma referência aos membros da Igreja Ortodoxa, predominante em alguns países do Leste europeu, que avalia como "expansionista" a política de aproximação do papa. (*Folha de S. Paulo*, 29/11/91)

Papa pede combate mundial a traficantes

Um universo de cerca de 45 milhões de pessoas no mundo, equivalente à soma das populações de Argentina e Chile, é hoje dependente de drogas, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Por isso, disse o papa João Paulo II em um de seus mais duros pronunciamentos sobre o tema, é preciso "denunciar e perseguir legalmente os traficantes da morte".

O papa falou para os cerca de dois mil participantes da conferência *Esperança contra a Desesperança - Droga e Alcoolismo contra a Vida*, patrocinada pelo Vaticano (21 a 23 de novembro) para debates e troca de informações entre representantes de 101 países.

Na reunião foram discutidos dados da ONU apontando que a indústria da droga movimenta cerca de US\$ 500 milhões ao ano (cerca de Cr\$ 450 bilhões).

"Essa conferência se limitou a tratar dos problemas relacionados ao consumo de drogas, algo que afeta os países mais ricos", criticou o presidente da Bolívia Jaime Paz Zamora, que participou do evento.

Zamora observou que a planta de coca, cultivada na Bolívia e no Peru, só se transforma em cocaína com o auxílio de produtos químicos (éter, por exemplo) produzidos no Primeiro Mundo. E defendeu um "programa de desenvolvimento alternativo", apoiado pelos países ricos, para transformar a base da economia andina. (*Folha de S. Paulo*, 25/11/91)

E a crise na Igreja Católica no Recife?

Há dois anos, os fiéis do Morro da Conceição, no bairro da Casa Amarela (Recife/PE), resistem ao arcebispo de Olinda e Recife d. José Cardoso Sobrinho. Ele suspendeu as ordens do padre Reginaldo Veloso, que desenvolvia um trabalho de linha "progressista".

O ex-pároco fez críticas públicas a d. José Cardoso e se rebelou contra sua decisão de desmontar a

estrutura criada pelo antecessor o arcebispo d. Helder Câmara.

Embora o padre Constante Danielwicz tenha sido nomeado substituto do padre Reginaldo há dois anos, somente em dezembro do ano passado ele assumiu a paróquia. Por quase um ano a comunidade tomou posse da igreja, que só foi reintegrada à Arquidiocese por meio de ação judicial. Sem poder usar o templo, a comunidade

de passou a realizar a "celebração da palavra" do lado de fora da igreja, às quartas-feiras e domingos.

A comunhão é feita com hostias consagradas por padres solidários com a comunidade do Morro da Conceição e com o padre Reginaldo. O grupo dissidente garante que a resistência continuará enquanto o padre Reginaldo estiver suspenso de suas funções. (*O Estado de S. Paulo*, 29/11/91)

Manifestação anti-indígena provoca adiamento da inauguração do Museu Ticuna no Amazonas

Diante do clima de animosidade criado por madeireiros junto à população de Benjamin Constant, no Amazonas, fronteira do Brasil com a Colômbia, a inauguração do Museu Magüta, prevista para dia 6 de dezembro, teve que ser adiada. O primeiro museu indígena do país esteve ameaçado de virar alvo físico da ira de uma passeata organizada por empresários e políticos locais contra a demarcação de terras indígenas na Amazônia. Um dos pretextos da manifestação foi a chegada na cidade de uma equipe da Funai para retomar os trabalhos de identificação das terras indígenas na região do vale do Javari, onde há anos esses empresários realizam exploração ilegal de madeira.

O clima de tensão tem relação direta com as declarações recentes do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, contra a política de demarcações do governo fede-

ral. Depois do reconhecimento da terra dos Yanomami e dos próprios Ticuna nos dois últimos meses, por atos do ministro da Justiça, Mestrinho tem encabeçado publicamente uma reação de políticos e empresários amazônicos que prometem sabotar as decisões, impedir as demarcações e lutar contra novos atos semelhantes.

Montado pelos Ticuna e pelo Centro de Documentação do Alto Solimões, o museu leva o nome de um herói cultural e tem como objetivo divulgar a cultura dos Ticuna para toda a população não-indígena que habita ou visita a região do Alto Solimões. "O museu é importante porque foi organizado com nossa participação; porque foi feito perto das nossas aldeias", observa Constantino Cupeatü Ramos Lopes, responsável pela montagem e organização do acervo. "O povo Ticuna vai poder visitar, vai poder mostrar

para os não-índios sua arte, sua cultura que quase ninguém conhece nesta região. É o primeiro museu feito pelos próprios índios, conforme nosso pensamento. Vai servir para mostrar nossa arte, nossa festa, nossa música. É um lugar para conservar nossa cultura e lembrar nossa história", completa Constantino. Essa iniciativa inédita poderá contribuir para evitar que episódios nefastos como o massacre de 14 Ticuna no igarapé Capacete, em março de 1988, a mando de um empresário madeireiro local, conte com a silenciosa complacência da população regional que, como a maioria dos brasileiros, se recusa a admitir que os índios são portadores de uma cultura que vai além dos estereótipos do índio da oca, das tangas e do morubixaba. A inauguração do museu foi adiada, sem previsão. Ainda não foi dessa vez. (CEDI, 4/12/91)

Reações internas prometem bloquear os recursos para a demarcação Yanomami

O presidente Collor e o ministro Jarbas Passarinho receberam os cumprimentos de inúmeras organizações nacionais e estrangeiras, de igrejas, de personalidades, de alguns políticos brasileiros e estrangeiros pela decisão de demarcar a terra Yanomami.

Mas o governo está tendo muito trabalho para explicar aos opositores da demarcação a extensão contínua de 9,4 milhões de hectares, reconhecida aos Yanomami por portaria do ministro da Justiça. Passarinho, que já havia enfrentado uma arguição dos senadores, em sua maioria contra a demarcação, retornou ao Congresso, convocado a depor na CPI da Internacionalização da Amazônia, cujo presidente afirmou que a decisão do governo em favor dos índios vai promover a internacionalização da região. O ministro falou também na 1ª Convenção da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), onde rebateu as acusações de que os Yanomami estariam sendo tratados como a "elite" dos índios.

Parlamentares - além dos parlamentares da região Norte do país

que se mantêm contrários à demarcação, um grupo de deputados oriundos do Exército e da Polícia Federal luta para que o Congresso suste a portaria do Ministério da Justiça que delimitou a área indígena. Além de apoiar o projeto de decreto legislativo do senador Cesar Dias (PMDB-RR), que pode anular a medida, a estratégia que o grupo adotou é a de conseguir adeptos para a derrubada de qualquer pedido de crédito que o governo venha a solicitar ao Congresso para executar a demarcação física da área indígena. (A Crítica/AM, 28/11/91)

□ Apesar da oposição dos líderes governistas na Câmara ao tamanho da área Yanomami, ficou acertada numa reunião no dia 2 deste mês, no gabinete do ministro Jarbas Passarinho, a aprovação de crédito suplementar para a demarcação, que será votado pelo Congresso até o dia 15 de dezembro. Aliás, por falta de verbas, o ministro da Justiça teve que cancelar a licitação para demarcar a área Yanomami publicada pela Funai no DOU de 29/11. (CEDI, 9/12/91)

General Thaumaturgo secretário de Segurança do Amazonas

O governador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, convidou o gal. Thaumaturgo Sotero, chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia sediado em Manaus, e inimigo público do reconhecimento de terras indígenas de acordo com a Constituição nas áreas de fronteira, para ser seu secretário de Segurança Pública. O general, que está indo para a reserva, já teria aceito o convite. A incorporação do general ao poder executivo do Amazonas deverá dar suporte à política anti-indígena encabeçada pelo governador Mestrinho que já avisou ao governo federal que se as demarcações prosseguirem, "o pau vai cantar". (CEDI, 9/12/91)

ACONTECEU Especial 18 Povos Indígenas no Brasil 1987 - 1990

— Cr\$ 15.000,00 — 592 páginas
Pedidos ao Setor de Distribuição do CEDI/SP — ☎ (011) 825-5544

Korubo acuados por madeireiros peruanos no Javari

O *Jornal do Brasil e Correio Braziliense* noticiaram nos dias 19 e 20 de novembro que os índios Korubo, que vivem ainda isolados no Vale do Javari, haviam sido "expulsos por nove tratores por uma empresa madeireira de Benjamim Constant" e que, conseqüentemente, a Funai teria enviado para a região do Javari uma "equipe de técnicos e sertanistas para iniciar contatos com os índios arredios".

O superintendente da Funai em Manaus (5ª Suer), Odenir de Oliveira, deu outra versão ao ACONTECEU por telefone: uma equipe de saúde da Funai e da Fundação Nacional de Saúde enviada no início do mês para atuar em toda região do Javari ouviu denúncias de que um grupo de madeireiros peruanos, munido de seis tratores, estava derrubando madeira dentro da área ocupada pelos Korubo.

A 5ª Suer enviou então para a região o sertanista Pedro Coelho e seis agentes da Polícia Federal. Eles confirmaram o fato e constataram

que os Korubo, encurralados pela ação dos madeireiros, atravessaram o rio Itacoaf e saíram na sede da fazenda Palmito do Sul, da empresa gaúcha Agropalm, que fica aproximadamente a dois quilômetros da margem direita desse mesmo rio, ou seja, fora dos limites da área interditada pela Funai em 1985 (Portaria 1849/E), denominada Parque do Javari. Odenir de Oliveira solicitou o auxílio da PF para desintrusar a área mas, por se tratar da presença de estrangeiros dentro do território brasileiro, a ação deveria ser feita pelo Exército. A polícia se recusa a agir sem que haja uma solicitação formal da Justiça Federal no Amazonas, o que já foi requerido pela Funai.

Juntamente com mais oito grupos de índios isolados da região do Javari - segundo informação do superintendente da Funai em Manaus - os Korubo estão cercados de todos os lados. A safra deles na sede de uma fazenda, segundo Oliveira, é um sinal de que não estão mais su-

portando a pressão. A posição da Funai, entretanto, não é a de proceder a um trabalho de aproximação com os Korubo, mas de expulsar os invasores, permitindo que os índios voltem a se isolar dentro dos limites interditados do chamado Parque do Javari.

O processo de reconhecimento oficial do Parque do Javari está paralisado na Funai desde a interdição de 1985, assim como a campanha pública a seu favor feita por parte do Cimi, órgão católico vinculado a CNBB, interrompida em 1988. Atualmente, a organização não-governamental denominada Ecotópica, sediada em Cuiabá, e criada pelo próprio Odenir de Oliveira no tempo em que ficou excluído dos quadros da Funai, tem mobilizado apoio e recursos internacionais para levar adiante uma política de demarcação das terras de índios sem contato e pretende incluir o Javari entre os seus projetos. (Marina Kahn/CEDI, 22/11/91)

Milhares de garimpeiros invadem AI Raposa-Serra do Sol em Roraima

A Área Indígena Raposa-Serra do Sol, na porção nordeste de Roraima, vem sendo invadida por um grande número de garimpeiros nos últimos meses. Embora a presença de garimpeiros nesta área indígena não seja um fato inédito, adquire atualmente grandes proporções. O ritmo crescente das invasões traz graves conseqüências para as condições de sobrevivência dos povos indígenas Makuxi e Ingariçó, seus habitantes, tais como contaminação das águas dos rios e ocorrência de epidemias.

Os garimpeiros vêm se instalando em maior número na parte norte da área indígena, mais precisamente no alto curso dos rios Cotingo e Maú (ou Ireng), comprometendo o abastecimento de água potável de dezenas de aldeias indígenas situadas nas proximidades, bem como, a médio prazo, da totalidade dos habitantes indígenas na área, atingindo deste modo dez mil pessoas aproximadamente.

Não é possível estimar com precisão o quadro geral de ocorrências de epidemias na área, apesar de haver três instituições atuando no campo da saúde no local, a Fundação Nacional de Saúde, as missões católicas do Surumu e Normandia e alguns postos de atendimento da Meva - Missões Evangélicas da Amazônia. Cada uma dessas agências dispõe de estratégia própria e isolada de ação, o que inviabiliza uma análise ampla da situação.

Malária - Já na segunda metade de 1990, haviam aldeias na região do rio Maú em que a maioria da população estava com malária. No decorrer do presente ano a epidemia da doença tem se alastrado por regiões até então não atingidas. Segundo dados do hospital do Surumu, pertencente à Igreja Católica, a epidemia prossegue aceleradamente na região do rio Maú. Na aldeia de Maturuca, foram registrados este ano 47 casos da doença e, em aldeias mais distantes, como Caracaná, ao norte do alto rio Ailã, os casos de diagnósticos positivos já somam 27, para uma população to-

tal, estimada pela Fundação Nacional de Saúde, de 76 habitantes. Até no extremo norte, na aldeia Ingariçó Manailai, ponto mais setentrional do país, os casos já comprovados, segundo a mesma fonte, somam 11, para uma população estimada de 119 habitantes.

Na região do rio Cotingo, mais próxima à fronteira com a Venezuela, a situação não é melhor: há aldeias em que, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde, o número de casos de malária supera o número de moradores, uma vez que, com a chegada de equipes de enfermeiros da Meva ou da missão católica, os índios chamam seus parentes e conhecidos de aldeias mais distantes para o atendimento. Na aldeia Macuxi denominada Caju, por exemplo, com população estimada em 20 habitantes, foram constatados 72 casos. Diversos outros casos poderiam ser mencionados, sobretudo na região das serras. (Paulo Santilli, Boa Vista-RR, 2/12/91).

Universidade media reunião de trabalhadores e empresários

Com a mediação e colaboração da Universidade de São Paulo (USP), empresários e sindicalistas da CUT, CGT e Força Sindical iniciaram uma rodada de reuniões na Cidade Universitária para elaborar propostas de uma política econômica que diminua os efeitos da recessão, modernize as relações capital-trabalho e produza um ambiente favorável à retomada do desenvolvimento econômico. No primeiro encontro os participantes resolveram

descartar a presença de representantes do governo e as palavras "pacto social" e "entendimento nacional".

Escaldados com a falta de resultados de reuniões com metas semelhantes, patrocinadas pelo governo Sarney e Collor, os sindicalistas e empresários ligados à Fiesp e ao PNBE dizem que, desta vez, encontraram na universidade um "campo neutro" para discutir um plano comum e estratégico para o país. A

USP, por meio do Instituto de Estudos Avançados, vai secretariar e organizar os debates e fornecer os subsídios técnicos na elaboração das propostas. O reitor, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, coordenador da primeira reunião, formulou em poucas palavras a intenção desse fórum: "É preciso recuperar a indignação com a miséria reinante no país e nos posicionarmos contra a recessão". (*O Estado de S. Paulo*, 7/12/91)

Governo suspende negociações com grevistas da Saúde

O Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Saúde do Estado de São Paulo (SindSaúde) informou que o governo suspendeu as negociações com os grevistas depois que a categoria apoiou uma greve de fome de cinco servidores.

Os servidores estão em greve há mais de um mês e avaliam que 75% da categoria está parada. Os servidores, que são 84 mil em São Paulo, reivindicam 150% de reajuste salarial; incorporação das gratificações e plano de cargos e salários. O se-

cretário da Administração, Miguel Tebar, disse que o plano de gratificações já está pronto, mas não será enviado à Assembleia Legislativa enquanto os grevistas não retornarem ao trabalho. Uma comissão formada por parlamentares médicos do PT e PC do B estão intermediando as negociações entre grevistas e o governo do estado.

Segundo o SindSaúde, os salários dos servidores são os mais baixos do setor de saúde. Veja a comparação salarial:

Novembro 1991	Estado SES	Prefeitura São Paulo	Prefeitura Mauá
Aux. serviços - 40 h	95.017	196.394	217.001
Atendente - 40 h	95.596	229.533	285.114
Escriturário - 40 h	102.726	301.461	245.199
Aux. enfermagem - 40 h	115.641	301.461	338.006
Enfermeiro - 40 h	199.299	666.081	695.643
Médico - 20 h	171.712	554.121	558.609

Fonte: Boletim SindSaúde, 4/12/91

Recessão agrava desemprego no País

Nas grandes capitais, só em outubro último, foram 783,3 mil desempregados a mais. Este total não inclui as pessoas com serviços que resultem em rendimento, como o do camelô que é considerado ocupado. No comércio, o Ministério do Trabalho homologou 17.242 demissões no Rio até outubro deste ano, número 36% acima de todas as dispensas de 1990.

Na indústria, em outubro, o saldo de admissões e demissões em São Paulo foi de 11 mil negativos, contra menos 3 mil em 1990 e 11 positivos em 1989. Na construção, o setor demitiu 400 mil pessoas de janeiro de 1990 até hoje. Desde janeiro de 1990, o Ministério do Trabalho vem recebendo 250 mil pedidos de seguro-desemprego ao mês. (*O Globo*, 1/12/91)

Telefônicos filiam-se à Força Sindical

O Sindicato dos Telefônicos do Estado de São Paulo, que representa 40 mil trabalhadores, filiou-se à Força Sindical em assembleia que reuniu 300 trabalhadores. A filiação engrossa as fileiras da central, pois trata-se do maior sindicato da categoria da América Latina. (*Diário Popular*, 3/12/91)

Sindicatos entram com ações contra o IR

Por causa da não correção da tabela do Imposto de Renda, a Justiça deve receber milhares de ações, em forma de mandado coletivo. Várias entidades sindicais entraram com processo alegando a inconstitucionalidade na omissão do governo.

A Força Sindical anunciou a entrada de 11 ações na Justiça Federal e um mandado coletivo no Superior Tribunal de Justiça, pleiteando o reajuste com base no INPC.

Sindicatos do Grande ABC também ingressaram na Justiça. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, com o 13º salário, todos os 125 mil trabalhadores da base sofrerão descontos em seus holerites. O "Leão" atacaria inclusive os 18% da categoria que recebem o piso, que em dezembro passou a Cr\$ 103.714,00 nas empresas com até 700 funcionários e Cr\$ 127.317,00 nas demais. Para os Metalúrgicos de Santo André a situação é idêntica, pois o salário médio dos 33 mil trabalhadores da base é de Cr\$ 380 mil. (*Diário do Grande ABC*, 3/12/91)

O paraíso, Medeiros e uma entrevista picante

Ao término de mais uma campanha salarial de sua categoria, Luis Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, comentou seu desfecho afirmando que "o resultado dos entendimentos comprova o que sempre dissemos: trabalhadores e empresários não são inimigos, mas parceiros". Principal liderança daquilo que chama de "sindicalismo de resultados", Medeiros adquiriu proeminência ao dirigir um sindicalismo que não é pautado pela afirmação de uma diferença entre as classes.

Pelo contrário, ao identificar capital e trabalho como "parceiros", fica claro que os trabalhadores devem fazer seus lances e apostas sem identificar o patronato como um oponente. Partidário de um "sindicalismo responsável", o presidente da Força busca gabaritar-se como interlocutor dos trabalhadores em nível nacional. Em visita a Brasília e em recente entrevista à revista *Interview*, o líder sindical esclareceu sua concepção acerca de importantes temas da atualidade.

Paraíso - Na tradicional feijoada de sábado na mansão do deputado Cleto Falcão (PRN-AL), Medeiros professou sua fé em Collor ao declarar que "ele vai dar a volta por cima", elogiando particularmente a "firmeza" que Collor imprime ao programa de privatização das estatais. Na defesa do presidente, o líder metalúrgico foi mais além e disse que "a Usiminas tinha que ser privatizada de qualquer maneira. Se fosse o caso, deveriam até mesmo entregá-la de graça à iniciativa privada". Referindo-se positivamente ao exemplo argentino, disparou: "Os brasileiros deveriam conhecer de perto o que está ocorrendo lá. O Menem não está privatizando suas estatais; está entregando mesmo ao capital privado".

Composta de parceiros chegados, a platéia delirou. Na realidade, Medeiros era o convidado homenageado daquela tarde, na qual deveriam ter comparecido o ministro Magri e a secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck. Todavia, o sindicalista preferiu a companhia de parceiros mais íntimos, levando ao evento uma delegação de 18 convivas composta de empre-

sários, assessores e jornalistas. Em perfeita sintonia com Cláudio Humberto, porta-voz do governo, que chamou Lula e Meneguelli de "meliantes", o metalúrgico, no melhor estilo do "bateu, levou", chamou o primeiro de "raivoso" e o segundo de "burro". A seleta audiência esbaldou-se com as teses do sindicalismo responsável.

Inebriado estava também o próprio. Em animada conversa regada a uísque, Medeiros acrescentou: "Estou aqui para conhecer a corte por dentro, e a corte é isso: o lago em frente, o Logan na mesa e Sinatra ao fundo". Cleto Falcão aproveitou a deixa e aprimorou a parceria: "Ninguém pode dizer que a classe operária não foi ao paraíso".

Política - Lá pelas tantas, até mesmo uma dupla caipira foi ensaiada. Ameaçado de perder a liderança de seu partido na Câmara, depois de admitir que recebia "ajuda de amigos" para manter um padrão de vida superior ao permitido pelo seu salário, o deputado do PRN brincou: "É o peão alagoano mostrando a corte por dentro ao peão amazonense". A partir daí, a conversa esquentou. Pressionado para confirmar uma eventual candidatura partidária, o dirigente da Força foi esperto o bastante para não se deixar trair pelas sedução da corte, discordando de Cleto que já tinha 150 mil votos na central que preside. Até porque, além de fazer parte do seu discurso que não se mete em política, Medeiros não quer se queimar na gordura em que Cleto Falcão está sendo frito.

Dois dias depois, foi a vez de posar de responsável mesmo. Abandonando o estilo do elogio à "firmeza" e do "ele vai dar a volta por cima", o sindicalista criticou Collor devido ao seu personalismo excessivo, descartando uma saída para a crise baseada na auto-suficiência do presidente. Dois pesos, duas medidas. Não sem antes insinuar que, se Lula tivesse sido eleito, as coisas estariam piores.

Efeito Bernardão - Mais provocativa que o descompasso entre alianças e projeto político, a entrevista à revista *Interview* de novembro revelou uma outra face do dirigente, a do sensacionalismo grosseiro. Na realidade, a vaidade

falou mais alto. Desinibido, Medeiros discorreu sobre seus dotes de sedutor, afirmando com orgulho que "com 12 anos eu já 'comia' mulher adoidado". Enviado a Moscou para se formar como quadro do Partido Comunista Brasileiro, foi cortejado por uma alemã cuja amiga o indicara: "Ela já conhecia uma namorada minha que falou: procura lá, o cara lá". Não por outra razão, a revista emprestou-lhe o título de "ganhão sindical".

Se não há razão para censurar moralisticamente a vida pessoal de um homem público ou para continuar reproduzindo o "surrado machismo", como, posteriormente, admitiria o próprio Medeiros, restam ainda algumas considerações a serem feitas. Um caso amoroso foi o bastante para golpear a candidatura de um outro metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva, a presidente da república. No presente caso, talvez seja permitido a Medeiros externar suas preferências. Afinal de contas, ele é homem, e homem é assim mesmo, diria o eleitor que condena um e absolve o outro.

Quem sai perdendo, é claro, são as mulheres - trabalhadoras ou não. A deputada Rita Camata, por exemplo, não poderia exercer seu mandato se fosse esposa do presidente da Força. Uma vez que ela "fala ao pau", perguntou "como é que pode levar uma mulher dessa para Brasília? Uma mulher assim tinha que trancar em casa". Neste raciocínio, aonde ficam aquelas que são vistas como feias? Provavelmente, o lugar delas é trabalhar nas fábricas metalúrgicas, base de seu sindicato.

Resta-lhes, contudo, um consolo. Perguntado porque razão as mulheres não integram o mundo sindical, Medeiros respondeu: "Não se fala em sexo em pauta salarial" pois onde há trabalhador "fala-se mais em 'putaria' do que em salário... a não ser que entre na pauta um pedido de modess para mulheres". Por aí, vê-se que as demandas das mulheres se misturam com a baixaria do sindicalismo responsável. (Antonio Luigi Negro/CEDI, 9/12/91)

Ensino religioso na escola pública

Duas opiniões

Fechar os olhos no tiroteio não impede os tiros

A possibilidade de nova proposta ao ensino religioso, já existente na rede municipal de ensino de São Paulo, abriu grande polêmica entre os educadores e interessados no assunto. Sem entrar no mérito do conteúdo e da forma de elaboração do Comunicado da Secretaria de Educação, que deu origem ao debate, posiciono-me favoravelmente à discussão do assunto nas escolas, por três razões básicas.

A primeira, por defender a existência de uma escola sem preconceitos, onde não existam debates proibidos. Sexo, religião, política ou qualquer outro tema que diga respeito ao homem, este ser complexo, pode e deve ser discutido.

A segunda, pela obviedade da pertinência da discussão sobre o tema. Mesmo o mais ateu dos indivíduos não consegue negar a contribuição que o estudo das religiões fornece para a compreensão das diferentes culturas. A história do Oriente Médio está aí para quem quiser duvidar.

A terceira, por achar que os alunos têm o direito de conhecer e discutir em condições adequadas, sem pressão de qualquer espécie, de forma racional, portanto, outras explicações, além das chamadas científicas, para situações limites da vida, sobre as quais a própria explicação da ciência não avançou.

O posicionamento contrário à discussão do assunto baseia-se no mau uso que as igrejas, principalmente a Católica, fizeram ao ocupar os espaços escolares. Ora, eliminar a discussão por ser contrário ao proselitismo e autoritarismo religioso, não resolve o problema. Mesmo que a escola recuse o espaço, o aluno, ao sentir necessidade ou curiosidade, sempre arrumará outras vias de acesso ao tema.

Nós, das gerações passadas, não vivemos problema semelhante nas questões relativas ao sexo? Por outro lado, despachos, horóscopo, esoterismo, religiões orientais não estão presentes na sala de aula das escolas de qualquer grau, um pouco antes do professor entrar? A tradicional figurinha ou as três batidas na madeira, por acaso deixaram de ser usadas? A religiosidade do ser humano está aí. Não dá para esconder.

Reduzir a religião a "questão de foro íntimo", individual, negando seu caráter social, ou suprimir a possibilidade de discuti-la, é posição tão dogmática quanto aquela que afirma a existência de determinado Deus como a explicação única de todas as coisas. Ainda o elitismo da escola, demonstrado no direito exclusivo da seleção dos assuntos que devem interessar aos alunos é, também, outra forma indevida de autoritarismo.

Por fim, defender a idéia do ensino das religiões não me impede, igualmente, de reconhecer a dificuldade de colocá-la em prática, de forma pluralista e democrática. Como fazer, parece-me, portanto, o X do problema, o que torna imprescindível sua discussão.

Sonia Maria Portella Kruppa, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Escola pública, democracia e pluralidade

Cabe ressaltar de início que a discussão sobre o ensino de religião não se confunde com a da liberdade de culto. Esta última constitui direito há muito conquistado no Brasil e componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

A meu ver, a temática do ensino de religião se insere na diferenciação das funções da escola e das igrejas e templos. Se podemos aceitar a afirmação de que ambas são instituições educadoras, temos de lembrar que a natureza educativa de ambas é distinta. Se, por um lado, as igrejas incorporam visões particulares de uma determinada tradição filosófico-cultural, à qual não cabe, em última instância o julgamento da ciência humana, à escola esta última característica é fundamental. Isto quer dizer que a tarefa de transmissão do saber acumulado pela humanidade em seu conjunto é a função primordial da escola. Nessa medida, toda e qualquer abordagem "religiosa" da ciência pode nos levar a situações como proibir o ensino da teoria da evolução das espécies em biologia e ao privilegiamento do criacionismo, debate bastante atual em algumas regiões dos EUA. Outros exemplos da mesma natureza poderiam ser dados.

Se entendemos por ensino de religião a introdução de uma disciplina no currículo da escola de 1ª e 2ª grau, forma que assumiu este debate no Brasil, prevalecendo-se da obrigação constitucional das escolas oferecerem a disciplina (a matrícula do aluno é facultativa), setores conservadores da Igreja Católica imprimem a ela um caráter catequético, isto é, o ensino de religião é uma preparação à primeira comunhão. Esta prática contrasta com a preocupação de setores progressistas de várias confissões de imprimir um caráter ecumênico ao estudo das religiões, "uma história das religiões".

Se o primeiro sentido possibilita a apropriação do espaço e do dinheiro públicos por uma religião em particular para conquistar novos adeptos, constitui-se numa verdadeira discriminação com relação às demais confissões que não conseguem número suficiente para formar classes, bem como para com aqueles que optam por não transmitir a seus filhos nenhuma iniciação religiosa, além de poder gerar uma certa aversão à religião por parte do aluno. O outro sentido encaixa-se de maneira mais eficiente e pedagogicamente mais correta como parte do conteúdo de História Geral.

Apesar de reconhecer a preocupação pluralista da iniciativa da Administração Popular de São Paulo, a insistência em manter tal conteúdo sob a disciplina "religião" faz de conta que esta não tenha ao longo de nossa história adquirido uma conotação de disputa religiosa e de abrir um precedente para introduzir em nossas escolas um componente que até hoje não faz parte de nossa tradição cultural, o da discriminação religiosa. É importante lembrar-nos de que nenhuma administração é eterna e que boas intenções hoje podem estar criando as armas para a intolerância amanhã.

Romualdo Portela de Oliveira, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Aumentam pressões para adiar votação da LDB

Realizou-se entre 2 e 4 de dezembro, no Rio, o Simpósio Nacional sobre a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Organizado pelas Academias Internacional e Brasileira de Educação, Fundação Cesgranrio e Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o evento faz parte de um conjunto de pressões de setores conservadores para adiar a votação do projeto de LDB que tramita no Congresso há cerca de três anos. Essas pressões pretendem mudar o atual projeto e são exercidas por um arco que vai do ministro da Educação, José Goldemberg, ao bloco parlamentar PFL-PRN, passando por segmentos empresariais.

O ministro rejeita o projeto devido ao que chama de "utopismo e detalhismo excessivos". O caráter utópico é atribuído ao fato de o projeto de LDB ter sido formulado sob a influência de grupos variados que, diante das carências flagrantes da escola pública, colocaram a LDB como um contraponto ideal,

supostamente desconsiderando que os problemas da educação brasileira decorrem de um processo social complexo e não, como diz a secretária nacional do Ensino Superior, Eunice Durhan, "tão somente da incúria e da má vontade do governo". O que o gabinete ministerial faz com esse argumento é eliminar justamente aquilo que dá a virtude do projeto, o fato de, como nenhuma outra lei educacional, ter sido produto de amplo debate de diversas entidades da sociedade civil, principalmente de educadores. Silencia, ademais, sobre a criminosa responsabilidade do governo sobre a situação catastrófica da rede de ensino.

As referências ao "detalhismo" visam atingir a proposta de um Conselho Nacional de Educação. Ela consta do projeto e viabiliza a participação de organizações da sociedade civil no controle dos recursos e na definição da política educacional, o que, para Durhan, é estar "invadindo a esfera de iniciativa do Executivo". (CEDI, 9/12/91)

Fracasso escolar é atribuído à saúde

O fracasso escolar - expressão que engloba repetência e evasão - ultrapassou os limites das salas de aula. Rotulada na escola de "aluno-problema", a criança que apresenta dificuldades no aprendizado é encaminhada ao setor de Saúde, já com um diagnóstico. Com frequência as causas apontadas são a desnutrição, a imaturidade ou problemas neurológicos, em geral a disritmia. O psiquiatra Jairo Werner afirma que a escola tem mecanismos de seletividade e, sob o argumento de que o aluno possui uma deficiência, transfere a responsabilidade para a falta de capacidade intelectual dele.

"Normalmente a culpa pelo fracasso escolar é atribuída ao aluno, à sua família e às condições sociais de forma bastante genérica. O diagnóstico feito na escola muitas vezes é legitimado pelo médico que, inclusive, prescreve medicamentos, alheio ao processo pedagógico", afirma Werner, diretor do Instituto de Pesquisas Heloísa Marinho, que desenvolve em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense,

um programa de desmedicalização do fracasso escolar.

Para ele, o problema não pode ser analisado do ponto de vista médico-biológico. A cada quinzena, em quatro a oito horas semanais, os técnicos do instituto assessoram professoras em sala de aula, na rede pública de Niterói. A receita, quando dita, parece simples: o programa dá um novo significado ao processo pedagógico, valorizando os conhecimentos do aluno.

Segundo Jairo Werner, o professor não valoriza a cultura da criança e não faz a articulação dessa cultura com os conteúdos escolares. Um pacto silencioso é firmado nas escolas cuja clientela vem das camadas populares: de um lado, o aluno que percebe estar destinado ao trabalho braçal; de outro, o professor que se pergunta por que vai ensinar a um aluno que será no máximo um operário: "A ausência de carga afetiva faz com que a experiência seja insignificante para ambos", afirma Werner (Élida Vaz e Nívia Carvalho/O Globo, 2/12/91)

Ciacs

Recursos do orçamento podem diminuir

Por iniciativa do senador João Calmon (PMDB-ES), o projeto dos Ciacs (Centro Integrado de Atendimento à Criança) poderá perder Cr\$ 14,5 bilhões dos Cr\$ 56 bilhões definidos pelo governo federal. O senador acatou emendas ao projeto de orçamento, a maioria de parlamentares do PMDB, desviando os recursos dos Ciacs para as escolas técnicas.

O projeto do governo descumpre o artigo 212 da Constituição, que obriga a destinação de 18% do total da receita tributária (calculada em Cr\$ 9,295 trilhões) para a educação. Este percentual resultaria num orçamento para o setor de Cr\$ 1,673 trilhões que, no entanto, ficou com Cr\$ 1,549 trilhões. Como autor do relatório das verbas do ministério da Educação, Calmon não poderia respeitar o artigo pelo qual lutou durante a Assembleia Constituinte. Está vetado ao Legislativo propor aumentos nas despesas do Executivo. (O Globo, 3/12/91)

Suspensão contrato da Masters

Em 29 de novembro, o ministro da Saúde e da Criança, Alcení Guerra, suspendeu o contrato de Cr\$ 18,1 bilhões com a Masters, empresa contratada sem licitação para verificar as condições em que cada Ciac será entregue pelas empreiteiras definidas para construí-los. Embora os primeiros Ciacs devam ser entregues no final do primeiro semestre de 92, Alcení Guerra já havia autorizado a liberação imediata de Cr\$ 450 milhões para a empresa, formada há seis meses por amigos do ministro.

Assim que os jornais divulgaram as primeiras notícias sobre as irregularidades do contrato, o ministro o defendeu de forma veemente, justificando a dispensa de concorrência em nome da "urgência" do Projeto Minha Gente. No entanto, assim que se viu réu numa ação popular impetrada pelo deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) e, posteriormente, objeto de uma fiscalização do Tribunal de Contas da União, o ministro abandonou a defesa do contrato e o suspendeu. (Jornal da Tarde, 5/12/91)

As principais repúblicas da União declaram a URSS extinta

A Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia, as três repúblicas eslavas que respondem por 70% da população da URSS e pela maior parte das riquezas do país, anunciaram dia 8 de dezembro a criação de uma comunidade de estados independentes, semelhante à *Commonwealth* britânica. Os três presidentes - o russo Boris Yeltsin, o ucraniano Leonid Kravchuk e o bielo-russo Stanislav Shushkevich - afirmaram que a antiga URSS não existe mais. "Constata-mos que a URSS deixou de existir como realidade geopolítica e como sujeito do Direito Internacional", diz um comunicado conjunto.

A decisão representa um golpe aparentemente mortal nos planos do presidente soviético Mikhail Gorbachev de criar uma União de Estados Soberanos para substituir a antiga URSS. O estopim da crise foi o recente plebiscito na Ucrâ-

nia, quando 90% da população votou a favor da independência dessa poderosa república. Yeltsin argumentou que uma nova URSS não poderia ser criada sem a Ucrânia e, diante da recusa dos ucranianos de participar de qualquer estrutura centralizada, a solução encontrada foi a adoção da Comunidade de Estados Independentes liderada pelas três repúblicas mais importantes da antiga URSS.

A reação de Gorbachev foi extremamente dura. Em declaração transmitida pela TV soviética afirmou que "o destino de um Estado multinacional como a URSS não pode ser determinado pela vontade de apenas três repúblicas", e que considerava o tratado assinado por Yeltsin e os outros dois presidentes apenas "uma declaração de intenções". Gorbachev quer que a proclamação de independência seja submetida ao Congresso dos Deputados do

Povo, a mais alta instância legislativa da URSS, juntamente com a sua proposta de Tratado da União, que estabelece uma Confederação de Estados Soberanos a ser integrada pelas 12 repúblicas que até 8 de dezembro compunham a URSS. "Esta questão só pode ser resolvida por meios constitucionais, com a participação de todos os Estados soberanos e levando em consideração o desejo de seus povos", disse Gorbachev, alertando que a desagregação da antiga URSS poderia levar a uma crise que faria parecer a guerra civil na Iugoslávia "uma brincadeira de crianças". De fato, precisa lembrar que nas três repúblicas separatistas está concentrado mais de 80% do arsenal atômico da antiga URSS. Algo suficiente para tirar o sono de Gorbachev e de toda a comunidade internacional. (*Estado de S. Paulo*, 9 e 10/12/91)

Brasil tinha planos de invadir Uruguai em 1971

O Brasil esteve a ponto de invadir o Uruguai, em 29 de novembro de 1971, para evitar que aquele país fosse "dominado democraticamente", através de uma possível vitória eleitoral da aliança de esquerda Frente Ampla. O plano de ataque foi planejado durante quatro meses pelo 3º Exército,

que tem base em Bagé (RS), na fronteira com o Uruguai.

As forças brasileiras deveriam entrar no território uruguaio a partir de Uruguiana, Santana de Livramento, Bagé e Chuí. A previsão era chegar a Montevideu em 48 horas, após enfrentar uma fraca resistência. O grande temor do governo do general Emílio Médici

era de que o movimento guerrilheiro uruguaio dos Tupamaros pudesse servir de apoio para alguns grupos de esquerda que operavam no Brasil. Afinal - era o raciocínio - o Uruguai tinha servido de asilo político para João Goulart e Leonel Brizola, após o golpe militar. (*Jornal da Tarde*, 3/12/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR — 52-636/87

